

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



PRIMEIRA PROVA OBJETIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

Aplicação: 2014

MANHÃ

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100;
www.cespe.unb.br;
sac@cespe.unb.br;

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

Nos itens a seguir, a sigla PRF, sempre que empregada, refere-se à Polícia Rodoviária Federal ou a policial rodoviário federal, conforme o contexto.

PRIMEIRA PROVA OBJETIVA

No que concerne a direcionamento estratégico-organizacional, sistema e atividades operacionais, bem como a execução operacional da PRF, sua competência, rotinas e equipamentos, julgue os itens de **1 a 10**.

- 1 Com vistas a garantir segurança e transparência à ação de fiscalização rotineira de trânsito, em hipótese alguma será admitida a realização de procedimento de fiscalização por apenas um policial.
- 2 No atendimento a local de acidente em período noturno em que uma das faixas de rolamento estiver bloqueada, a viatura policial deve ser posicionada sobre a faixa interrompida, perpendicularmente ao eixo da rodovia e com as luzes de sinalização acionadas.
- 3 O policiamento rodoviário, com vistas a reduzir a violência no trânsito em rodovias federais, é comumente executado de forma velada, não ostensiva, a fim de potencializar a fiscalização e, por consequência, a aplicação de penalidades administrativas e penais.
- 4 As escalas de serviço visam ao cumprimento de jornada de trabalho estabelecida conforme a demanda e a necessidade do serviço, dividindo-se em ordinária, especial e extraordinária, sendo as duas últimas estipuladas em razão de demandas específicas, com emprego de meios adicionais e por períodos determinados.
- 5 Conforme norma procedimental para as rondas terrestres, vinculadas ao cartão-programa, a viatura poderá, em caso de vias simples, utilizar o acostamento da via, contudo, não poderá se deslocar em velocidade excedente a 70% da velocidade máxima permitida para a via.
- 6 Os critérios de segurança para a abordagem de veículos, quando o policial estiver em serviço rotineiro, devem obedecer, via de regra, à seguinte sequência: fiscalização da documentação de porte obrigatório, fiscalização do veículo quanto aos equipamentos obrigatórios e estado de conservação e, ao final, a fiscalização deve ser voltada ao condutor e demais ocupantes do veículo.
- 7 No decorrer de ações de fiscalização de trânsito, as ordens emanadas por gestos prevalecem sobre as regras de circulação e sobre as normas definidas por outros sinais de trânsito. Nas pistas simples, o policial deve posicionar-se no eixo da via, atento ao trânsito e voltado ao veículo que deseja abordar.

- 8 Em relação à fiscalização rotineira de veículo, não havendo comando específico, o policial deve selecionar o alvo mediante triagem visual com atenção aos veículos com infração de trânsito visível, não identificados, com a carga em precárias condições de segurança, mau estado de conservação ou avariados e condução suspeita ou alterada.
- 9 No caso em que se configure, mediante medidor de alcoolemia, ingestão de bebida alcoólica por parte do condutor do veículo, será obrigatoriamente necessária, independentemente de requerimento, a realização de um novo teste, a título de contraprova.
- 10 Algema, armamento, bastão extensivo tático, colete balístico e dispositivo de condução de energia (Taser) são equipamentos de segurança.

Em relação aos registros e relatórios, julgue os itens a seguir.

- 11 O auto de infração por excesso de velocidade medida por aparelho regulamentado deverá conter, além das informações gerais, a velocidade regulamentar da via, a velocidade do veículo, a velocidade considerada, a identificação e a data de verificação do equipamento de medição, a localização (km) da sinalização vertical e o km onde está o radar.
- 12 O PRF, mesmo fora de serviço e sem abordagem, sempre que presenciar infração à legislação de trânsito deverá proceder ao auto de infração, visando subsidiar a autoridade de trânsito na aplicação da competente penalidade.
- 13 No preenchimento do auto de infração, omissão ou erro do código do município onde o veículo foi autuado acarreta nulidade do ato e consequente arquivamento da notificação.
- 14 O boletim de ocorrência policial destina-se ao registro de ocorrências que envolvam fatos penalmente típicos, notícias de uso do dispositivo de condução de energia e fatos atípicos.
- 15 Em fiscalização de trânsito, caso o condutor do veículo apresente notórios sinais e sintomas de embriaguez e se recuse a realizar o teste com etilômetro, o policial rodoviário federal deverá providenciar o encaminhamento do condutor a exame médico pericial para respaldar a autuação.

No que concerne a aspectos relacionados ao direito constitucional, ao direito administrativo e ao direito penal, julgue os próximos itens.

- 16 Para a configuração da obrigação da administração pública de reparar os danos eventualmente causados a terceiros é dispensável o elemento subjetivo da conduta do agente estatal.
- 17 Em face do poder discricionário da administração pública, o policial rodoviário em serviço, diante de uma infração de trânsito em uma rodovia federal, deve agir com observância aos critérios de conveniência e oportunidade.
- 18 O caso fortuito, a força maior e a coação física irresistível afastam a tipicidade do fato eventualmente produzido.
- 19 Em crimes omissivos impróprios a omissão é penalmente relevante para quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, o que se aplica ao policial, quando, em serviço, assume a posição de garante.
- 20 Considere que um condutor de um veículo, após embriagar-se voluntariamente, colocou-se em estado de absoluta incapacidade de determinação e discernimento, dando causa a acidente de trânsito com vítimas fatais. Nessa situação, apesar de típica e antijurídica a conduta, não se verifica culpabilidade do agente em razão da imputabilidade temporária ao momento do crime.
- 21 Em face do princípio da autotutela, a administração pública poderá anular os atos administrativos considerados ilegais, com efeitos *ex tunc*, como também poderá revogar os atos discricionários válidos, surtindo, no entanto, efeitos “*ex nunc*”.
- 22 A polícia rodoviária federal, em face de sua competência constitucional, exerce atividades típicas de polícia preventiva ou ostensiva e de polícia repressiva ou judiciária.
- 23 O crime de corrupção ativa é tipicamente bilateral, porquanto não acontece de forma autônoma, sendo exigido para sua consumação que o funcionário público aceite a vantagem indevida, independentemente de ter sido ou não auferida.
- 24 Considere que um PRF, obedecendo ordem de superior hierárquico, não manifestamente ilegal, tenha cometido um crime. Nessa situação, apesar de ser imputável e de ter potencial consciência da ilicitude de sua conduta, o policial não deverá ser apenado, haja vista a ausência de um dos elementos da culpabilidade.
- 25 Considere que um PRF, em serviço de fiscalização de rotina, tenha abordado um veículo e verificado que os caracteres alfanuméricos das placas haviam sido alterados mediante a utilização de fita isolante, retirada no momento em que foi descoberta a fraude. Nessa situação, além da infração administrativa, é cabível a responsabilização penal do autor, dada a prática do delito de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Em relação ao direito processual penal e suas normas e às leis penais extravagantes, julgue os itens subsequentes.

- 26 Não caberá a prisão em flagrante do autor de crime de menor potencial ofensivo no caso de apresentação imediata ao competente juízo ou no caso em que o agente, mediante termo próprio, assumiu o compromisso de comparecer perante a autoridade judiciária quando intimado.
- 27 A busca veicular enquadra-se nas hipóteses albergadas pela inviolabilidade constitucional nos casos em que o veículo vistoriado guarda relação com o conceito de moradia, a exemplo dos *trailers*.
- 28 Em prisão em flagrante de condutor de veículo envolvido em crime doloso contra a vida, é autorizado o uso de algemas por parte do policial responsável pela diligência, em face da gravidade e hediondez do delito.
- 29 Considere que um PRF, em fiscalização de rotina, tenha abordado veículo conduzido por um guarda municipal de determinado município com 100 mil habitantes. Considere, ainda, que o guarda, que estava folga, portava um revólver calibre .38, devidamente registrado em nome do portador. Nessa situação, o guarda municipal não deverá ser autuado, uma vez que o porte do armamento de uso permitido lhe é legalmente conferido.

Acerca do Sistema Nacional de Trânsito, julgue os itens a seguir.

- 30 O CETRAN e o CONTRANDIFE são órgãos de abrangência estadual, com funções normativas, consultivas e de coordenação em relação aos órgãos estaduais de trânsito.
- 31 As polícias militares, órgãos executivos rodoviários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, atuam mediante convênios com os entes federados.
- 32 Compete à PRF, no âmbito das rodovias brasileiras, realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas e o patrimônio da União e o de terceiros.
- 33 O CONTRAN é o órgão máximo do Departamento Nacional de Trânsito.

Em relação ao Processo Administrativo da Infração de Trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 34 Ao presenciar uma infração de trânsito, deve o agente de trânsito, independentemente de sua vontade, lavrar o Auto de Infração de Trânsito, pois se trata de uma regra cogente.
- 35 O recurso em primeira instância poderá ser apresentado tanto pelo interessado (infrator, proprietário, etc.) quanto pela autoridade de trânsito.
- 36 O agente de trânsito, ao ser comunicado por terceiros de infração de trânsito cometida em rodovia federal, deverá anotar todos os fatos relatados pelo denunciante e fazer constar no Auto de Infração de Trânsito.

Julgue os itens seguintes, a respeito das penalidades e medidas administrativas, documentos de porte obrigatório e equipamentos obrigatórios.

- 37 Em geral o procedimento considerado legalmente correto, nos casos de acidente com vítima, envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de velocidade e tempo, consiste na retirada, de imediato, pelo PRF, do disco ou da unidade armazenadora do registro, devendo ser entregue à primeira autoridade de polícia judiciária que apresentar-se no local do acidente.
- 38 Dos condutores estrangeiros, é exigida a posse do documento de identificação e permissão internacional para dirigir (PID) ou documento de habilitação estrangeira, quando o país de origem do condutor for signatário de acordos ou convenções internacionais ratificados pelo Brasil, desde que com prazo legal de validade vigente e o prazo máximo de cento e oitenta dias da sua estada regular no Brasil.
- 39 Pneu e aro sobressalente, macaco e chave de roda não são itens obrigatórios quando o veículo for equipado com pneus capazes de trafegar sem ar ou “rodo-calibrador”.
- 40 Cabe ao agente da autoridade de trânsito realizar a devida avaliação quanto à aplicação da advertência por escrito.
- 41 As principais penalidades decorrentes de infrações de trânsito são a advertência, a multa, a suspensão do direito de dirigir, a apreensão do veículo; a cassação da CNH; a cassação da permissão para dirigir; e a frequência obrigatória em curso de reciclagem.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de infrações e crimes de trânsito.

- 42 Nos casos específicos de homicídio culposo de trânsito é cabível a prisão em flagrante delito, ainda que o autor tenha envidado pessoalmente todos os procedimentos possíveis para o socorro à vítima.
- 43 A fiscalização com radar móvel só poderá ocorrer onde não houver variação de velocidade em trechos menores que cinco quilômetros.
- 44 Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, o fato de um condutor estar trafegando em veículo com placas adulteradas, é circunstância agravante da penalidade dos crimes de trânsito.

A respeito de ética e moral, julgue os itens subsequentes.

- 45 A conduta moral diz respeito ao que alguém faz em face de outra pessoa ou perante o meio social; assim, não se pode considerar que existe conduta moral quando o indivíduo age de forma isolada, sem a presença de espectadores.
- 46 Na medida em que se qualifica pela avaliação do que se faz, e não pelo que se deixou de fazer, a conduta moral decorre basicamente de influências condenatórias externas que condenam e reprimem a ação do indivíduo.
- 47 Enquanto a moral é formada pelos valores internos individuais que orientam as escolhas e moldam a consciência de cada pessoa, a ética é formada pelos valores do grupo a que essa pessoa pertence, os quais influenciam os valores internos formadores de sua moral.
- 48 A ética possui uma dimensão particular, pela concretude de seus objetos; a moral, por sua vez, tende a ser universal, pela abstração de seus princípios.

No que diz respeito à relação entre ética e cidadania, julgue os itens que se seguem.

- 49 Os valores, como qualidades que são selecionadas de maneira livre e consciente pelo indivíduo e que servem para orientar o comportamento e as ações desse indivíduo, guardam estreita relação com a questão dos direitos e obrigações do cidadão e do ser humano em geral, o que contribui para que as atitudes e ações do sujeito sejam respeitadas e responsáveis.
- 50 Na relação entre ética e cidadania, prevalece a ética do dever, que leva em conta os interesses particulares de quem atua e interage com os componentes do grupo social, embora seja razoável considerar que a responsabilidade individual deve considerar, ainda que de modo acessório, uma ética de princípios voltada ao bem comum.

Julgue os itens a seguir, relativos à ética profissional.

- 51** As questões relacionadas à ética profissional impõem valores morais e sociais que disciplinam o comportamento das pessoas nas organizações, embora não sejam necessariamente interiorizadas e não impliquem padronização de comportamento nessas organizações.
- 52** Considera-se ética profissional o conjunto de normas éticas que formam a consciência do profissional e que representam imperativos de sua conduta.
- 53** A ética deve estar presente no exercício profissional e na formação de recursos humanos, embora seja possível constatar, no plano das organizações, um descompasso entre as políticas e programas de gestão de ética institucional e a prática atualmente desenvolvida.

Com base no manual de Redação Técnica para a Atividade Policial, julgue os itens a seguir, acerca dos aspectos gerais da redação oficial.

- 54** Na construção dos textos da redação oficial, devem-se evitar desvios da ordem básica dos termos na oração, períodos com orações intercaladas muito longas e estruturas sintáticas ambíguas.
- 55** As correspondências oficiais servem para comunicar assuntos referentes às atribuições do órgão de onde partem essas correspondências e o processo de comunicação mediado por esses textos envolve o serviço público, na qualidade de único comunicador, e o público (o conjunto de cidadãos ou de instituições tomados de maneira homogênea) ou o próprio serviço público, no papel de destinatário.
- 56** Para escrever um texto de redação oficial, é necessário que se observem alguns procedimentos, entre eles uma adequada revisão que abranja aspectos de língua, questões de conteúdo e regras e padrões estéticos, a fim de torná-lo acessível, principalmente, aos membros do poder público.
- 57** Para que sejam entendidos em sua plenitude por qualquer cidadão brasileiro, os textos oficiais podem conter traços de linguagem restrita a certos grupos sociais, tais como regionalismos vocabulares e termos técnicos.

Julgue os itens subsequentes, relativos a inteligência policial e segurança orgânica.

- 58** A segurança localizada geralmente é eficiente, pois se baseia em ações pontuais relativas principalmente a documentos e materiais, comunicações e informática e recursos humanos.
- 59** O planejamento de todas as ações e situações que possam ocorrer em uma instituição está contido no plano de contingência.
- 60** No que diz respeito à contrainteligência, vazamento consiste na perda de segurança resultante do acesso não autorizado.
- 61** As operações de inteligência visam prevenir e obstruir e detectar ações que possam afetar as instituições e são implementadas por meio de medidas específicas, voltadas para prevenção e neutralização de ações de qualquer natureza.

Considerando os procedimentos relacionados a acidentes de trânsito, no âmbito da PRF, julgue os itens seguintes.

- 62** Para que possa estabelecer a classificação dos acidentes de trânsito quanto ao tipo, o policial deverá colher informações decorrentes dos vestígios materiais e dispensar as de natureza subjetiva, tais como as declarações prestadas por testemunhas.
- 63** A comunicação à polícia judiciária dos acidentes com lesão corporal leve ou culposa é dispensável quando já houver termo circunstanciado de ocorrência ou formulário de consulta de interesse de representação criminal disponibilizado às vítimas lesionadas.
- 64** Em acidentes de trânsito, a dúvida acerca da existência de dolo direto impõe tratamento de conduta criminal ao acontecimento do qual resultem danos materiais e/ou pessoais, que envolvam veículo na via pública.

A sinalização é uma das primeiras providências que o policial deverá adotar logo após sua chegada ao local do acidente de trânsito. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 65** A sinalização em local de acidente de trânsito deve ser feita na pista e também no acostamento.
- 66** Na sinalização básica, utiliza-se a própria viatura, sendo facultativo o uso de outros dispositivos de sinalização em função das condições de segurança e visibilidade do local.
- 67** A sinalização deve compreender trecho estimado em passos largos, contados a partir do local do acidente, e deve ser numericamente correspondente à velocidade prevista para o local, ou o dobro desse valor, em casos de condições adversas.
- 68** Nos casos de acidentes que demandam procedimentos de atendimento complexos, a sinalização é dividida em cinco setores, que abrangem o local do acidente propriamente dito, a área operacional, a área destinada à segurança das equipes de trabalho, o sítio destinado à parada de veículos e a área de transição.

A respeito de tecnologia da informação e comunicação policial, relativas à PRF, julgue os itens a seguir.

- 69 A rede INFOSEG tem como objetivo integrar informações de segurança pública, justiça e fiscalização, que podem ser acessadas, por meio de seu sítio na Internet www.infoseg.gov.br.
- 70 A rede IP da PRF permite o uso de VoIP (*Voice over Internet Protocol*), que atende às unidades da PRF em todo o Brasil. Por padrão os números são compostos por oito algarismos, sendo todos os ramais iniciados pelos algarismos nove e zero, seguidos do código DDD da capital do estado da regional da PRF.
- 71 O portal da PRF, sistema voltado para o público interno da PRF, que substituiu a página da intranet da instituição, disponibiliza o acesso a todos os sistemas internos da PRF.
- 72 Os códigos Q são utilizados com a finalidade de facilitar o entendimento das comunicações por rádio, sendo o QAP, que significa “ficar na escuta”, um dos mais utilizados pela PRF.
- 73 A composição do *e-mail* institucional da PRF é feita geralmente a partir da combinação do primeiro nome com o último sobrenome do servidor, seguida da complementação @prf.gov.br. No caso dos homônimos, acrescenta-se a primeira letra do primeiro sobrenome antes do nome do servidor, seguido do mesmo complemento.
- 74 De acordo com a Instrução Normativa n.º 08/2005 da CGPLAM, estações de rádio da PRF possuem prefixos de identificação, composto por quatro campos em formato alfanumérico, sendo o primeiro campo destinado à descrição do tipo de estação; a letra H no primeiro campo representa estações aéreas como helicópteros.

O combate ao crime de adulteração da identificação veicular é uma das funções dos PRFs em sua missão constitucional de realizar o policiamento ostensivo das rodovias federais nacionais. Acerca da identificação veicular julgue os itens a seguir.

- 75 As placas de identificação do veículo, consoante disciplinado pelo Código de Trânsito Brasileiro, são únicas e individualizam o bem móvel. Embora exista uma corrente de pensamento que entenda a modificação de algarismo das placas de identificação de veículo como mera infração administrativa, o posicionamento dos instrutores de identificação veicular é de que comete o crime de adulteração veicular, tipificado no artigo 311 do Código Penal, a pessoa que adultera ou modifica algum algarismo das placas de identificação do veículo.
- 76 O número identificador do veículo é composto por 17 caracteres, divididos em três seções para os veículos nacionais e importados.
- 77 Conforme padronização estabelecida por resolução do CONTRAN, a 12.ª posição do número identificador do veículo indica o ano de fabricação do veículo.

A respeito de adulterações veiculares, julgue os itens seguintes.

- 78 A remarcação parcial é o tipo de adulteração em que se coloca uma peça com gravação original, ou não, de um número identificador do veículo sobre outra que se queira adulterar, sem substituir a antiga. Já o enxerto ou implante é a adulteração de um ou mais caracteres, sem a remoção do antigo número.
- 79 É recomendável a utilização de lixas e materiais abrasivos pelo PRF para a limpeza da superfície do local onde está grafado o número identificador do veículo, de modo a proporcionar melhor avaliação de possível ocorrência de adulteração.
- 80 O transplante é o tipo de adulteração de identificação veicular que consiste na substituição da superfície gravada por uma também original.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos